

## **Narrativa de adolescentes, narrativa de albergadas: a juventude negociada entre a vida adulta e adolescência em casas-abrigo de Belém do Pará**

Mônica Prates Conrado  
UFPA, PA, Brasil

### **Introdução**

A temática juventude e violência tem como cenário para o debate neste estudo não somente o Albergue Emanuelle Rendeiro Diniz, destinado às mulheres em situação de violência, e a Casa-Abrigo Dulce Accioli às adolescentes, em situação de vulnerabilidade social, em nome de expectativas depositadas e construídas para a juventude paraense (em sua acepção abstrata, genérica) como espaços institucionais privilegiados para a investigação nas ciências sociais, mas, ainda, a sociedade da região metropolitana de Belém que se cala diante das diversas formas de violência (institucional, simbólica e sexual), mas que também emite opiniões, questiona e reivindica soluções.

Entendo por situação de violência o que pode ser visto ou vivenciado com alguma frequência nas relações entre amigos, conhecidos ou desconhecidos. Neste contexto, cada história a ser contada, cada característica, elemento e aspecto narrados de forma descritiva configura uma situação conflitiva que leva, obrigatoriamente, a uma ação violenta, seja ela física, sexual e/ou verbal. (CONRADO, 2001:21).

O meu propósito é lançar mão de 05 histórias de vida das oito construídas em entrevistas realizadas em 2004 que possibilitaram, em alguma medida, interpretar desdobramentos de seus relacionamentos amorosos com os companheiros ou maridos que motivaram ações judiciais em nome da violência a que foram submetidas. Elas contam sobre a dor, o sofrimento a que são sujeitas em um contexto violento que passa a ser o condicionante de sua existência social, interferindo, diretamente, na maneira como vêem, pensam e concebem o mundo.

O importante, ao lançar mão de entrevistas de construção de histórias de vida de mulheres em situação de violência, é traçar aspectos significativos ao levantar elementos fundamentais para a dimensão das situações de violência vivenciadas por mulheres em situações de violência em suas trajetórias individuais. Este artigo faz parte de um projeto de extensão em andamento<sup>1</sup>. Em breve iniciaremos, nesse projeto, oficinas temáticas a partir de uma abordagem crítica reflexiva sobre gênero, cor e sexualidade com as profissionais das duas instituições e, distintamente, com as meninas e, ainda, outras, com mulheres na condição de albergadas.

Aqui busco apenas pontuar alguns aspectos e elementos característicos da Casa-Abrigo que diferem da filosofia e demanda institucional do albergue. Exemplos são o fato da Casa-Abrigo não possuir muros altos que impeçam enxergá-la do lado de fora (existe uma área aberta no seu interior, contendo uma placa à frente indicando o nome da instituição) e a utilização de serviços tais as escolas da região onde as meninas estudam, etc. Contudo, ambas as instituições encontram-se muito próximas no momento em que acionam mecanismos simbólicos em nome da sua proteção, em nome da sua segurança, configurando, assim, um espaço social constitutivo de gênero.

### **“Aqui tudo tem hora”: Rumo à casa-abrigo e ao albergue de Belém**

Em 2006, o Albergue Municipal Rendeiro Diniz, a partir de solicitação feita pela direção naquele momento à Prefeitura, mudou sua nomenclatura - que se mantinha desde a sua criação em 1997 - para Casa-Abrigo Emanuelle Rendeiro Diniz. Conforme informou a ex-diretora a mudança se deu por motivação política porque casa-abrigo é a referência utilizada nacionalmente para os acolhimentos destinados às mulheres. Ela ainda disse que albergue transmite a idéia de casa de passagem e de hospedagem, que não gera vínculo. A condição de albergue impede, por exemplo, concorrer a financiamentos. No entanto, adoto aqui o uso da terminologia anterior, uma vez que em seminários com as assistentes sociais do município e do estado, realizados em abril de 2007, a referência albergue ainda se fazia presente. Mudanças ainda estão em fase de formulação, sob uma nova direção.

---

<sup>1</sup> Esse projeto de extensão tem o título “A juventude negociada entre a vida adulta e adolescência: uma abordagem sobre gênero, cor, violência e sexualidade”. Fazem parte da equipe, na condição de bolsistas da PROEX – UFPA (Pró-Reitoria de Extensão Universitária da Universidade Federal do Pará), dois alunos de graduação em Ciências Sociais, Alan Augusto Ribeiro e Adrienne Lisboa.

O albergue é destinado às mulheres em situação de violência por um período de, no máximo, três meses e o seu endereço é sigiloso porque muitas mulheres foram ameaçadas de morte.

Atualmente, o albergue e a Casa-Abrigo Dulce Accioli somam 40 funcionários, conforme informação de um dos coordenadores da FUNPAPA (Fundação Papa João XIII), órgão em que ambas as instituições se encontram subordinadas, de gestão municipal.

A Casa-Abrigo Dulce Accioli acolhe meninas entre 12 e 17 anos. Após uma “avaliação positiva” em função de um trabalho de aproximação feito com os familiares que se constituem, basicamente, de visitas das meninas às famílias nos fins de semana ou, inversamente, de visitas das famílias na própria casa, as meninas retornam ou passam a morar com membros de sua família. Ao completarem 18 anos e se não retornaram à convivência familiar, por exemplo, são encaminhadas para unidades de outro estado na região norte que recebem meninas nessa faixa etária em diante.

A importância dada à família é determinante no trabalho desenvolvido com as meninas e mulheres nestes universos institucionais. No albergue, constatei de forma ainda muito presente a recorrência de um dos mitos muito presentes na sociedade mais ampla, responsáveis por tornar ainda mais difícil o combate à violência. Um deles é o da “família desestruturada” que permeia o universo de alguns técnicos. De forma reducionista, o jargão tem sido muito utilizado para explicar vários problemas sociais que, de forma perversa, pode servir como forma de minimizar o papel do estado no enfrentamento de violências específicas e que acaba sendo reproduzido pelos próprios técnicos segundo visões e concepções de mundo individualizadas, tudo re-editado no trabalho desenvolvido no universo institucional.

A diretora da Casa-Abrigo contou que, na maioria dos casos, as meninas foram abusadas sexualmente quando submetidas ao trabalho infantil doméstico, ou por familiares, ou em outras situações específicas estiveram envolvidas com drogas. É significativa a frequência em que o trabalho infantil doméstico aparece em suas trajetórias individuais. Das quatro entrevistadas, cujos nomes são fictícios, somente Judite não passou pelo albergue Rendeiro Diniz.

Ambas as instituições são de alçada do município de Belém e é importante salientar que, no que se refere à promoção de políticas públicas de gênero, é complexa e com contextos específicos, que variam de estado para estado. No Pará, as limitações institucionais são decorrentes de falhas próprias, como também de limitações

institucionais impostas ao seu funcionamento em decorrência de políticas de estado e municipal - inclusive, a instabilidade política e econômica gerada por mudança de governos que esfacelam o trabalho realizado por outros partidos de gestões anteriores e, acima de tudo, a falta de treinamento sobre a violência de gênero aos profissionais que prestam atendimento às mulheres em situação de violência. O que existe é uma articulação entre as instituições para fins de encaminhamento ao órgão ou instituição que cada caso exige.

Como albergadas, a mulher em situação de violência e a menina em situação de vulnerabilidade social remetem à necessidade de percorrer os meandros da lei, em caso de processo criminal em andamento que vão conferir uma dimensão significativa, tornando-se, assim, usuárias de serviços especializados. Cabe às assistentes sociais a sua “entrada como albergada”. O encaminhamento das meninas e mulheres, seja pela Delegacia da Mulher, seja pelo Conselho Tutelar, ganha sentidos políticos claros de que a “resolução” redefinida como encaminhamento passa pelo setor social traduzido nas assistentes sociais. Meninas e mulheres ganham registros histórico-sociais a partir da linguagem e códigos moldados por esse tipo de serviço que lhes conferem um “novo sentido ao mundo”.

Na verdade, a lógica institucional de proteção é firmada a partir da lógica do enclausuramento como forma de garantia de vida às mulheres que se encontram sob ameaça de morte. Para as mulheres em situação de violência do Emanuelle Rendeiro Diniz, a busca incessante de fazerem coisas, como, estudar, trabalhar, fazer cursos é arrancada de suas vidas em nome da legitimação dos direitos à vida. Elas são inseridas em atividades programadas pelo albergue. Os percursos a serem trilhados são: ida a médicos, a oficinas, à audiência - uma vez que é determinante para a sua entrada na instituição a confecção do BO (boletim de ocorrência) na delegacia - e saídas para lazer são previamente programadas em nome da segurança das mulheres.

A construção do masculino e do feminino constitui modos de agir e de pensar, ao designar a forma como se relacionam homens e mulheres nas relações públicas e privadas, norteadas ações, gerando valores, ditames, normas e crenças sociais a partir de um recorte de gênero. A vigilância imposta à mulher é latente a partir das diversas estratégias e mecanismos utilizados em cada história que expressam atributos, positivos e negativos, derivados das interpretações feitas por elas mesmas, de como podemos apreender visões masculinizadoras e, portanto, hierarquizantes, constituintes dos relacionamentos entre casais em contextos específicos.

É condição *sine qua non* para travestir-se de albergadas trilharem novos percursos, delineando novas práticas, instituindo sujeitos, acionando, assim, a sua “nova entrada no mundo” como albergadas - identidades sociais já negociadas pelas estruturas institucionais que as modelam conferindo, desse modo, tratamento médico, odontológico, oficinas culturais que dependem do cronograma da instituição dentro do período determinado, acompanhamento escolar; etc. As meninas contam ainda com a ajuda das explicadoras das disciplinas ministradas nas escolas públicas do bairro em que se encontram matriculadas, no período da manhã.

Em um albergue ou casa-abrigo, as mulheres, em nome de sua integridade física, psíquica e moral são retiradas do convívio social como medida de proteção e segurança e, dessa forma, são escondidas, alijadas de suas próprias vidas - modos de vida e costumes - para serem submetidas a regras e às normas disciplinares, no que tange ao cumprimento de atribuições e funções designadas, individualmente, ou em grupo, como medida necessária para a boa convivência no albergue, na casa-abrigo. É um momento de “suspensão”. Uma característica fundamental para as meninas e mulheres é que são destituídas de referências individuais, em decorrência da violência sofrida, tratada institucionalmente.

O cumprimento de funções e atribuições de âmbito doméstico como lavar, cozinhar, passar roupa e faxinas em geral, obedecendo a escalas previamente determinadas, afixadas nos espaços de maior visibilidade em dormitórios, no refeitório, é um dos critérios fundamentais para a avaliação das meninas e mulheres. Tarefas domésticas têm função pedagógica e disciplinar como comentou a Diretora da casa-abrigo porque “aqui tudo tem hora”. Aprender a realizar tarefas domésticas, como cozinhar, passar, limpar para as classes populares pode se tornar a sua porta de entrada no **mundo adulto**<sup>2</sup> (LEAL & FACHEL, 1999).

A dinâmica funcional da casa-abrigo ganha caráter de (re)socialização das meninas, para um enquadramento que ultrapassa os muros institucionais. E, ao mesmo tempo, acaba por silenciar corpos femininos (como registro histórico de uma determinada época, tempo e lugar), principalmente, ao restringi-lo a alguns lugares, a espaços sociais institucionalmente designados. Suas saídas são monitoradas porque atendem a uma programação destinada às meninas que dão sentido ao seu cotidiano nas instituições, como também às mulheres.

---

<sup>2</sup> Ao abordarem, a partir da perspectiva de jovens oriundos das classes populares, a sexualidade e as estratégias matrimoniais, ao discutirem questões diretamente voltadas à sua entrada no *mundo adulto*.

## **Afinal de contas, que juventude é essa?**

A noção de juventude foi sendo construída a partir da dimensão significativa que a adolescência se configura para as entrevistadas em suas experiências com relacionamentos conjugais, o nascimento de filhos. A escolha de entrevistas de construção de história de vida como perspectiva metodológica de compreensão do problema se deu com o propósito de garantir entrevistas temáticas acerca do casamento, infância e adolescência, formas de lazer, ocupação e trajetória familiar de cada uma das entrevistadas (PISCITELLI, A.G.,1993), fornecendo pistas para a compreensão das formas de violências sofridas. Parto das observações feitas por Adriana G. Piscitelli em *Tradição oral, memória e gênero: um comentário metodológico* no momento em que não tenta “reconstruir histórias de vida exaustivas, senão de traçar trajetórias individuais privilegiando inúmeros aspectos das experiências particulares relacionadas com estratégias matrimoniais: trajetórias familiares, estilos de vida, organização do cotidiano, educação, valores religiosos, participação política e, claro, os passos seguidos nas escolhas de cônjuge”.

Beatriz residia com seus três filhos no Albergue Emanuelle Diniz. Em relação à infância, lembra com muita tristeza da perda do pai que não conheceu. O pai faleceu ainda quando era recém-nascida. Começou a trabalhar aos 12 anos em casa de família para complementar o orçamento doméstico. Desde então teve dificuldades para conciliar os estudos com o trabalho.

No mundo dos pobres, é comum a inserção de crianças em serviços domésticos remunerados nas casas de outras famílias. No entanto, apesar dos esforços de meninos e meninas para contribuírem na renda familiar, as atividades por eles ocupadas (no mercado informal e em serviços domésticos remunerados) não têm trazido melhoria no nível de vida de suas famílias pobres. Além de tais serviços não possibilitarem melhorias em suas condições de vida, só contribuem com a exploração precoce no mundo do trabalho. Podemos afirmar também que, posteriormente, quando adultos, tal situação se estenderá para a grande maioria, não permitindo seu ingresso em empregos com melhores índices de remuneração, em função do pequeno grau de estudo e qualificação.

Como Beatriz relata “(...) no interior do Estado do Pará, ajudava a mãe (...) Trabalhava em casa de família (...) eu vim embora pra Belém e eu tive que ficar morando com uma irmã. A minha mãe veio depois, ficou minha irmã e minha mãe morando junto, aí sim, aí passa rápido, passa rápido, comecei a estudar e tudo mais (...)”

Elas se encontram sob risco de serem assassinadas e se encontram destituídas de toda e qualquer referência individual, uma vez que a morte anuncia um vazio indisfarçável. A morte significa a morte de uma história, sendo a possibilidade eminente de se pensar a finitude (RODRIGUES, 1983: 61) - em uma das suas versões mais trágicas: o assassinato. A grande maioria das mulheres em situação de violência vive sob forte intimidação (grave ameaça). Foi nesse contexto que Beatriz foi acolhida no Albergue Municipal. Cabe acrescentar que as demais mulheres que não se encontram sob essas condições, com a identidade individual socialmente apagada por não portar documentos, não estejam correndo o mesmo risco de serem, também, igualmente assassinadas.

Em relação ao futuro, Beatriz deseja “voltar a ser cidadã de novo”.

Cléa como Beatriz inicia a sua entrevista ao falar de sua infância que “não foi muito boa. A minha mãe se envolveu com homem casado, desse relacionamento eu nasci”. O seu pai morreu em um acidente de trânsito. No entanto “ele nunca me deu carinho, só do tipo assim:- toma, tá aqui o dinheiro e vou embora”. A sua mãe tampouco deu carinho e atenção, conforme ela nos conta:

Ela (mãe de Cléa) não teve a preocupação de me criar. Ela me entregou, entregou meu irmão também (...) O pouco amor que eu recebi foi da minha avó, uma pessoa muito rígida, assim, de bater muito, sabe, eu apanhava muito da minha avó, qualquer coisa que eu fizesse errado. A minha vida só pra trabalhar, ajudar ela, que ela lavava roupa, vendia tacacá (...) e o tempo que eu tinha, eu estudava. Aí, na preocupação de estudar ela tinha bastante (...) terminei o segundo grau (no ano de 2002).

Aos sete anos, ela precisou se submeter a uma cirurgia de garganta e nariz e foi, então, morar na casa de uma tia. Para que a operação pudesse ser feita através do INPS (o antigo Instituto Nacional de Previdência Social), ela foi registrada pela tia como filha para garantir o direito de dependente concedido pela Previdência. Como forma de

pagamento, Cléa passou a trabalhar como empregada sem direito a remuneração na casa da tia nos moldes do trabalho escravo infantil doméstico, aos sete anos de idade.

Eva Silveira Faleiros (1998) menciona que é muito comum, nas situações de prostituição, trabalho escravo, turismo sexual e tráfico, que o *contrato de trabalho* (grifo nosso) seja vinculado à *dívida*. Cléa conta como era o seu dia-a-dia no tempo em que morava com a tia que ameaçava (de estelionato) a sua própria mãe, avó de Cléa, se tirasse a menina de sua casa:

Às 5 horas da manhã acordava, trabalhava, fazia tudo sabe. Eu, com a idade de 7 anos, eu fazia comida, limpava a casa, limpava banheiro, enquanto todo mundo tava dormindo. Aí nisso fiquei 7, 8, 9 (anos). Com 10 anos, a minha avó foi me buscar na marra mesmo, fez a maior zoada.

Cláudia Fonseca (1997: 53) postula que a circulação de crianças entre parentes é prática comum na vida dos pobres. O que não significa dizer que os pais percam a sua autoridade e direitos sobre seus filhos. A respeito desse assunto, ela chama a atenção que:

“Se as crianças não tivessem passado a ser responsabilidade de todo o grupo de parentesco, se não tivessem elas circulado facilmente entre vários adultos, é difícil imaginar como essa população teria se reproduzido. A precariedade da família conjugal tem sido uma constante na história dos grupos populares no Brasil. Além de migração e divórcio, a morte foi, historicamente, causa comum da ruptura desse grupo doméstico”.

Podemos chamar a atenção para duas formas de violência muito comuns: a violência sexual e o trabalho infantil doméstico que tem como característica o desconhecimento, ainda que as meninas sejam socializadas no lugar onde residem, que se pauta no poder de locomoção diretamente associada às necessidades da patroa ou de parentes (ou da “madrinha”<sup>3</sup>) como a ida a supermercados, padarias em contexto urbano. Nessa conjuntura, a sobrecarga de trabalho se dá como se fosse a única coisa em potencial a fazer: trabalhar dia e noite, horas a fio. (LAMARÃO; MENEZES & FERREIRA, 2003).

---

<sup>3</sup> É a forma “carinhosa” atribuída, paradoxalmente, à relação autoritária, de subalternidade marcada pela noção de afetividade que a menina, ou melhor, que algum parente ou adulto próximo desta deposita total confiança à figura da “madrinha”. Nesta conjuntura, a madrinha é responsável pelo destino e rumo da menina que tomou para criar “por fazer tudo por ela” e “saber o que é melhor” não devendo, assim, ser desobedecida porque a sua autoridade e respeito perpassam, com sentido impreciso e nebuloso, os de uma segunda mãe.



Na Casa-Abrigo, a maioria das meninas é proveniente do interior do estado que vieram para a capital, até mesmo de carona em caminhões, morar em casa de alguma família residente em Belém ou de parentes. Em situações como estas é que são abusadas sexualmente pelos patrões, ou parentes destas respectivas famílias.

Na capital paraense é muito comum ouvirmos senhoras mencionarem que “peguei uma menina do interior para criar” o que querem sugerir, e querem fazer acreditar que tal gesto se traduz em apoio, em ajuda humanitária ao retirarem da situação de extrema pobreza em que se encontravam. A ida à capital, por sua vez, se traduz como possibilidade de melhoria de vida, possibilidade de estudar, como conta Beatriz que só estudou quando foi para a capital.

Em conversas informais com seis homens das camadas médias e das classes populares de Belém, da faixa etária entre 21 a 40 anos, portanto, representantes de duas gerações, foram unânimes em declarar que a iniciação sexual de rapazes das camadas média e alta de Belém, como de seus irmãos e colegas se deu com as meninas que “vêm do interior para trabalhar em casa de família”. Sem esquecer, é claro, a importância atribuída às prostitutas para a iniciação sexual masculina em tal contexto social. Um deles comentou “é necessário procurar as empregadas (de 13 a 20 e poucos anos, no máximo) porque com treze anos, quatorze anos não temos namorada (para transar)”. Geração a geração, tal quadro pode ter sofrido alterações. Cabe, sobre esse assunto um exame mais detido, a ser trabalhado numa abordagem posterior.

Um dos entrevistados, branco, que tem 40 anos de idade, ainda comentou que era privilégio (para as meninas) ter relações sexuais com o filho do patrão do que com os “caboclos”<sup>4</sup> ao enfatizar “quem não quer namorar (fazer sexo) com o filho do patrão?” Para uma melhor compreensão de tais noções, passei horas conversando com este entrevistado sobre o assunto, em situações e contextos diferentes.

A idéia de *proximidade* presumida em “relações sexuais” pelo entrevistado entre indivíduos em condições hierarquicamente desiguais: homem branco, filho do patrão e menina, pobre e morena – como é atribuído comumente aos homens não brancos e mulheres não brancas em Belém - remete a um referente simbólico, de mando (“o filho do patrão”), atribuindo *vantagem* em relação às demais meninas que não tiveram a mesma *chance*, ou *oportunidade* considerada *vantajosa sexualmente*. Ele assevera que

---

<sup>4</sup> Na região amazônica, caboclo é uma referência muito comum a indivíduos de tipo étnico-racial de ascendência indígena e negra, de pele com tonalidade escura e geralmente de cabelos lisos. Tal fenótipo é atribuído ao caboclo o que significa também dizer que são considerados sexualmente menos desejáveis, feios e através da piada, da jocosidade atribuída a serem também dotados de baixa capacidade intelectual e rude.

“elas gostam. Nunca forcei ninguém. Uma delas é que me contou que não gostava de fazer sexo com o meu avô”.

As narrativas das mulheres é que merecem destaque a partir do meu escopo de análise que privilegiei aqui, sem desconsiderar a importância que tais declarações fornecem subsídios ricos e complexos, acionando chaves de entendimento para diferentes formas de apreensão da temática sexualidade, gênero, cor e violência em debate, para o contexto estudado. Tais práticas e condutas masculinas remetem a um passado colonial brasileiro e ao tratamento dispensado às meninas e mulheres, cotidianamente, em contexto estudado a partir de observações e notas feitas em contexto urbano belenense. Todo o tipo de exploração sexual pode ganhar na dimensão masculina caráter de democrática relação de troca, considerado como algo e relativa normalidade, no interior das famílias.

No momento em que faz uma breve incursão sobre a sexualidade e moralidade a partir das expectativas dos grupos da região amazônica estudada, e de seus efeitos na vida e no comportamento de homens e mulheres na fronteira no limiar do final do século XX, acrescidas de observações feitas em alguns bairros e da área central de Belém e de algumas cidades do sul do Pará, D’Incao (1995:185) chamou a atenção para um quadro onde “a liberdade sexual (...) em todo um processo, que não é curto, de liberação, que inclui experiências, não só sexuais, mas também de vida (...)”.

Cabe ainda acrescentar que a idéia transmitida de forma contundente pelo meu informante, e declarada de maneira mais tímida ainda em outros, é que as meninas sabiam tudo (sobre sexo), e eles não sabiam (nada) porque “experimentavam”. O que não significa dizer, em nenhum momento, que “aprendiam” algo sobre sexo com elas. Outro rapaz, branco, pertencente à camada média de Belém declarou que (as meninas) “são menos desejadas sexualmente, são o tipo feia. Não são o tipo que os meus conhecidos procuram pra namorar, pra casar”.

D’Incao (1995, p.187) ainda considera sobre o casamento

“significa, para muitos, uma aliança econômica e política que tem uma certa representação: às mulheres e meninas ”ofertadas“, por não terem bens a trocar, resta-lhes a única moeda que a elas têm a oferecer: o sexo. Essa moeda, como se sabe, não mantém uma decisão de contrato matrimonial ou conjugal.”

Tal direcionamento de análise e interpretação a padrões e a modos de sexualidade de uma determinada sociedade em contextos sociais específicos requer,

ainda, um estudo mais cuidadoso ao incorporar as opiniões e experiências femininas sobre essa temática.

Portanto, a minha preocupação foi apontar a relevância da entrada sexualidade ao tema ao referir-me ao universo rico, complexo e variado que proporciona matizes e formas sutis de discriminação racial, de gênero e de classe em uma determinada realidade social estudada para além da casa-abrigo e albergue destinado às mulheres e meninas em Belém.

O sonho de “ter a minha própria família”, ter a minha própria casa” são falas recorrentes das entrevistadas que enunciam felicidade e mobilidade social para as jovens entrevistadas entre 20 e 26 anos aqui representadas.

A entrada no *mundo adulto* arrisco-me a dizer, está condicionada, entre outros elementos, ao saber cuidar de uma casa que lhe impõe determinado grau de autonomia, conferindo uma identidade social relativamente positiva. O relacionamento conjugal e a reprodução com o nascimento dos filhos são temas muito presentes em sua trajetória de vida como adolescentes no universo das entrevistadas. Muito embora, temas como gravidez e saúde reprodutiva de adolescentes mereçam um tratamento especial porque acionam representações sociais distintas e conferem sentido ao mundo de modo muito preciso e peculiar que ultrapassa o objetivo desse artigo.

Beatriz é branca e conheceu o marido que a agredia quando tinha 16 anos de idade. Teve 3 filhos. Viveu com ele 13 anos. Ela contou que “... é costume quando a gente tem filho, a gente nunca quer que os filhos percam a família”. No entanto, depois de seis anos de convivência se separou, pois “ele era muito violento comigo”.

Judite também foi morar com o namorado quando tinha 16 anos e aos 18 engravidou. Ela disse que “ele era uma maravilha”. O casamento durou 14 anos. Ela marca o “início dos atritos” a partir de um novo namoro que ele iniciou e, desde então, ele “não prestou mais (...), veio os (dois) filhos, começou a dificuldade... aí começou a agressão”. Além do que o seu filho mais novo era também espancado “por ser moreninho”.

A partir de significados elaborados socialmente, a categoria morena é pensada como meio de classificar, hierarquicamente, as pessoas e o modo pelo qual vêem a si mesmos conforme as relações estabelecidas de proximidade ou distanciamento. Essas relações demarcam e caracterizam os limites de convivência social. Isso demonstra que moreno é um componente social que marca a proximidade àqueles que são vistos como

diferentes. Diferenças estas que justificam preconceitos elaborados socialmente a partir de critérios raciais, construídos culturalmente, como cor, tipo de cabelo e nariz (CONRADO, 2001: 106).

Reinscrever a cor como componente simbólico instituinte de sujeitos sociais inter-relacionados com gênero e classe numa cultura valorizada em nome da mistura, em nome da miscigenação aciona mecanismos de desigualdades regidos por uma lógica de hierarquização social fundante das relações públicas e privadas. Tal contexto remete a padrões tradicionais rígidos de desigualdade de gênero, cor e classe e às suas inter-relações, tornando-se cada vez mais imperativo a retomada desse foco de análise e interpretação para o campo de estudos voltados para a realidade de Belém.

Um padrão de estética associado a um padrão branco de beleza é acionado, muitas vezes, em situações de violência como um marcador simbólico que acaba por demarcar posições e privilégios. E, neste caso, o namorado remete à cor da nova namorada que é branca comparativamente à Judite que é negra e filhos acionando a partir de um princípio hierárquico uma condição inferior a Judite como menos desejada, logo repudiada sexualmente.

Janete é branca e tem 22 anos. Conta que um dos filhos de sua madrasta a molestava. Recorda que a primeira vez que foi molestada, tinha 9 anos de idade e que também o foi pelo avô materno, que foi morar em sua casa. Neste período, sua mãe residia em outro estado. Com 12 anos mudou-se para a casa de uma outra família e foi submetida ao trabalho infantil doméstico. Em relação ao seu patrão, ela contou que foi “iludida”, e acabou “apaixonada”. A diferença de idade entre os dois era de 20 anos. Quando a mãe soube, levou-a para fazer um exame ginecológico para atestar se ainda era virgem, o que gerou, a partir de um exame de perícia, processo criminal.

O que fica gritante nesta história é o pesado silêncio sobre o seu corpo que encobre sofrimentos gerados na infância, na adolescência e, atualmente, como mulher. Os silêncios são registros inscritos no corpo feminino que, ao produzirem saberes, emanam significados, justificam gestos, atos e atitudes porque o que se cala é a mensagem que deve ser expressa acerca das violências sofridas.

Os padrões lançavam mão de seus documentos para efetuar compras à prestação. A patroa alegava que tinha dado tudo a ela e, portanto, podia fazer o que quisesse com seus documentos pessoais. Conta que aos 16 anos “perdi a virgindade por curiosidade” e depois disso passou dois anos sem manter relação sexual.

Cabe esclarecer que em todos os casos em destaque os relacionamentos, mesmo em condições profundamente desiguais, baseados em contexto de submissão e de violência, como no relato de Janete, foram de grande relevância para a compreensão da adolescência como porta de entrada para a fase adulta, ou melhor, para o mundo adulto. As meninas pobres da cidade ganham o estatuto legítimo de “adultas” que vem sendo já negociado segundo as necessidades materiais e simbólicas no sustento da casa baseado em uma “aptidão natural” das mulheres para tais serviços domésticos, o cuidado dos irmãos mais novos, o trabalho doméstico realizado em outras famílias que garantem a organização familiar indispensáveis para a entrada dos rapazes e homens da casa para o trabalho valorizado socialmente, de caráter produtivo para o sustento da casa e de seus membros.

As diversas formas de aprisionamento - denominadas aqui *cárcere simbólico* - a que se encontram submetidas as mulheres e meninas em situação de violência dão-se de várias formas e em diversos contextos específicos, porém, com significações diferentes. Denomino *cárcere simbólico* as formas de aprisionamento a que são submetidas, que acabam por se configurar como prisões efetivas, expressas em posturas, atos, gestos, e acabam por silenciar corpos femininos (como registro histórico de uma determinada época, tempo e lugar) que emanam o que não deve ser mostrado, principalmente ao restringi-lo ao âmbito privado, ao âmbito das esferas institucionais. As formas de aprisionamento simbólico justificam-se para as mulheres e meninas porque devem ser mantidas afastadas de todo contato com aspectos da vida social para os quais se acredita que colocam em risco a sua proteção e segurança, logo, não foram feitos para elas. Em momento de desabafo, Janete comentou “eu tô presa (em condição de albergada), e ele (o namorado que provocou um ferimento à bala em sua perna) está solto”.

Betânia, branca, inicia a sua narrativa ao lembrar que começou a namorar muito cedo, com 13 anos de idade. Teve o primeiro companheiro com 17 anos. Depois de 3 anos de convivência com o segundo companheiro, teve um filho.

Ela desabafa que o primeiro companheiro bebia muito e só queria saber de jogar bola e permanecer em bares. Ela que decidiu se separar. Não fala com o ex-companheiro há três anos. Somente o necessário, uma vez que tem um filho de 4 anos juntos que reside com ele. Somente conversa com o avô de seu ex-companheiro, para evitar confusão. Ressalta que todo tipo de aproximação resulta em confusão. O seu primeiro companheiro nunca a agrediu fisicamente. Com 22 anos, submeteu-se à

cirurgia para não ter mais filhos. É vaidosa, como mesma disse, e acha que tudo isto “mexe com a minha cabeça”. Caminhava, fazia ginástica e quer muito voltar a estudar. Deseja fazer um curso de computação e já estava inscrita. Depois de ter sido agredida pelo companheiro, veio para o albergue somente com a roupa do corpo. Situação muito comum na maioria dos casos.

Ela conta que a convivência no albergue é difícil. Um dia acha que a tratam bem e no outro a tratam “com ignorância”. Sente-se isolada, presa, pois tem que seguir regras que nunca fizeram parte de sua vida. Quer ir embora. Vive em conflito com as profissionais porque tem que dormir cedo e as refeições são servidas em hora determinada pelo albergue.

Lamenta ainda que “a minha vida tá parada”, pois tinha ganhado uma bolsa de estudos de dança, e “não posso voltar para o mesmo lugar, para a minha vida”.

A base central norteadora destas relações é a desigualdade de gênero, racial e de classe incorporadas, de forma naturalizada, na divisão de papéis sexuais e no que tange às expectativas sociais construídas, ao masculino e feminino, que servem para escamotear visões e concepções de mundo expressadas em condutas e modos de agir de mulheres que escapam ou rompem com a crença de que as mulheres em Belém *não vivem sem os homens*, e, portanto, não são felizes (CONRADO, 2005: 21). O registro da violência de gênero é deixado de lado em nome de sua face mais perversa, no tocante às oportunidades desiguais entre homens e mulheres, nas relações privadas e públicas.

O importante, ao lançar mão de entrevistas de construção de histórias de vida de mulheres em situação de violência, é traçar aspectos significativos que norteiam a visão de mundo de cada uma delas. Cabe ressaltar, ao longo da pesquisa, a busca incessante de muitas das meninas e mulheres em situação de violência de viverem em paz (CONRADO, 2001: 151). O que elas mais querem é “voltar para o mesmo lugar, para a minha vida” e “voltar a ser cidadã de novo”, como afirmaram Betânia e Beatriz, respectivamente. Na verdade, o que busco chamar atenção é alguns dos elementos, aspectos e características constitutivos nesta abordagem do fenômeno juventude e violência. Beatriz, Janete, Judite, Cléa e Betânia negam toda e qualquer expectativa social de condescendência às situações de violência que protagonizam em suas trajetórias de vida, seja no contexto dos albergues e casas-abrigo, seja no contexto belenense.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CONRADO, M.P. *A fala dos envolvidos sob a ótica da lei: Um balanço da violência a partir da narrativa de vítimas e indiciados em uma delegacia de mulher*. Tese de Doutorado. SP, 2001.

\_\_\_\_\_. *Vergonha ou intimidação?* Um retrato da violência cometida contra a mulher em Belém, Pará. VI Reunião de Antropologia do Mercosul na Universidad de la República, Montevideo, 16, 17 e 18 de novembro de 2005.

D'INCAO, M.A. *Sobre o amor na fronteira*. (ORGS.) ÁLVARES, M.L.M. & D'INCAO, M.A. IN: *A mulher existe? Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia*. Belém. Gepem/Goeldi, 1995. (Coleção Eduardo Galvão).

FALEIROS, E.T. S.. *Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes*. IN: *Os conceitos de violência, abuso e exploração sexual*, FALEIROS, E.T.S. & CAMPOS, J.O. CECRIA (Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes), 1998

FONSECA, C.. *Ser mulher, mãe e pobre*. IN: *História das mulheres no Brasil*. (ORG.) PRIORE, M. D. São Paulo: Contexto, 1997.

LAMARÃO, M.L.N. et al. *O Trabalho doméstico de meninas em Belém*. 2 ed. Relatório de Pesquisa. Belém: Cedeca/Emaús, dez./2003.

LEAL, O.F. & FACHEL, J.M.G.. *Jovens, Sexualidade e Estratégias Matrimoniais*. IN: *Sexualidade: O olhar das ciências sociais*. (ORG.) HEILBORN, M.L. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999

PISCITELLI, A.G. Tradição oral, memória e gênio: um comentário metodológico. IN: *Cadernos Pagu*. Trajetórias e sentimentos. Campinas: IFCH/UNICAMP, n.1., 1993.

RODRIGUES, J.C. *Tabu do corpo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.